

# FMI E BIS, ARTICULAÇÃO INTRA-INSTITUCIONAL NO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli<sup>1</sup>

## RESUMO

O Sistema Financeiro Internacional encontra-se organizado em três grupos. No primeiro grupo incluem-se os órgãos que exercem as funções de regulação e supervisão. No segundo, temos as que são reguladas e supervisionadas pelas primeiras. No terceiro, encontramos as organizações que não seguem tais regras ou supervisão, formando o chamado *Shadow Banking System*. Este artigo procura examinar o primeiro grupo, o dos órgãos reguladores e, mais especificamente, como se dá a articulação entre o Fundo Monetário Internacional, e o Banco de Compensações Internacionais.

**Palavras Chave:** Economia Internacional, Fundo Monetário Internacional, Sistema Financeiro Internacional, Banco de Compensações Internacionais, Banco Mundial.

## ABSTRACT

The International Financial System could be organized into three groups. According to this classification, the first group includes the organizations that exercise the functions of regulation and supervision. In the second, we have those that are regulated and supervised by the former, and in the third, we find the organizations that do not follow such rules or supervision, forming the so-called Shadow Banking System. This article seeks to examine the first group, and, more specifically, how the International Monetary Fund articulates with the Bank of International Settlements.

**Key-Words:** International Economy, International Monetary Fund, International Financial System; Bank for International Settlements.

---

<sup>1</sup> Economista, com mestrado e doutorado em História Econômica pela USP. Professora adjunta do depto de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento sócio econômico da mesma instituição.



## 1 LIVRE COMÉRCIO E CONCORRÊNCIA NO CAPITALISMO E NO SISTEMA FINANCEIRO

A contradição entre a ideologia do livre comércio e as condições reais da concorrência capitalista é evidenciada na teoria econômica desde meados do século XIX, e encontra seus principais pontos críticos em David Ricardo, Karl Marx e Friedrich Engels.

Ricardo em seus *Princípios de Política Econômica e Tributação* (1817), inicia, através de uma interessante crítica à visão smithiana de infinita expansão dos mercados, a formulação da “lei dos rendimentos decrescentes”. Esta serviria como subsídio à teoria da produção neoclássica, apresentada por Alfred Marshall nos *Princípios de Economia* (1891), a qual é adotada até a contemporaneidade na linha mestra da teoria econômica, de uma forma ou outra.

A exposição da lei dos rendimentos decrescentes não impediu que Ricardo fizesse a apologia do livre mercado nos moldes do liberalismo clássico do *laissez-faire*, estendendo uma relação inversa estipulada entre custo e rendimento, no que Marshall posteriormente chamaria de “custo de oportunidade”. Essa extensão seria a base lógica da Teoria das Vantagens Comparativas do comércio exterior, teorema tão questionado na teoria, quanto utilizado como fundamento para políticas econômicas. De toda forma, reitera-se que Ricardo foi o primeiro na história do pensamento econômico a formular a lei dos rendimentos decrescentes como uma decorrência da expansão *ad infinitum* da produção e das forças de mercado.

Friedrich Engels, em seu *Esboço à Crítica da Economia Política*, de 1841 é, por sua vez, o primeiro a colocar efetivamente em xeque o caráter colaborativo do comércio internacional, classificando-o como a “guerra estilizada” entre nações. Cabe-lhe o reconhecimento da expansão capitalista pelo globo com um processo histórico não de extensão da riqueza e oportunidade, mas como uma competição ferrenha entre empresas em busca da situação de monopólio, conseguida muitas vezes sob a forma de acordos oligopolísticos, centralização e concentração do capital.

A análise crítica do Capitalismo feita por Karl Marx, em *O Capital*, de 1867, expôs de maneira mais evidente essa antinomia. O discurso do livre mercado, da livre concorrência, não encontraria lastro na realidade, frente a necessidade acumulativa do ciclo do









de Haia. O BIS substituiu o Agente Geral de Reparações e assumiu o papel de administrar a cobrança, administração e distribuição dos pagamentos efetuados como reparações de guerra por parte da Alemanha e aliados derrotados na Primeira Guerra Mundial. O nome do banco deriva desse papel inicial. Além disso, o BIS foi nomeado agente para os curadores e fiduciários, respectivamente, para os empréstimos internacionais do governo alemão de 1924 e 1930 (os chamados Dawes e Young Loans emitidos para ajudar a financiar as reparações de guerra). Em execução do Young Plan, o BIS reinvestiu parte do Young Loan em títulos alemães (BACKER, 2002).

Os nomes por trás da fundação do BIS são Charles G. Dawes<sup>3</sup>, Owen D. Young<sup>4</sup> e Hjalmar Schacht<sup>5</sup>. Os fundos que permitiram o seu funcionamento foram fornecidos pelos bancos centrais da Bélgica, França, Alemanha, Itália, Japão e Grã-Bretanha e três bancos privados nos Estados Unidos: JP Morgan & Company, First National Bank of New York e o First National Bank of Chicago. O banco central de cada país possuía 16 mil ações e os três bancos privados americanos tinham 16 mil ações cada. Assim, a representação americana no BIS foi três vezes maior que a de qualquer outro país (LEBOR, 2014).

---

<sup>3</sup> Charles G. Dawes foi diretor do Departamento do Orçamento dos EUA em 1921 e serviu na Comissão de Reparação dos Aliados, a partir de 1923. Sua obra posterior sobre "Estabilização da Economia da Alemanha", garantiu para ele o Prêmio Nobel, em 1925. Após ser eleito vice-presidente para o presidente Calvin Coolidge, de 1925-1929, e indicado embaixador na Inglaterra em 1931, ele retornou à sua carreira pessoal na área bancária em 1932 como presidente da junta de diretores do City National Bank and Trust, em Chicago, onde permaneceu até sua morte em 1951 (BACKER, 2002).

<sup>4</sup> Owen D. Young foi um industrial americano. Ele fundou a RCA (Radio Corporation of America) em 1919 e foi seu presidente até 1933. Ele também serviu como presidente da General Electric de 1922 até 1939. Em 1932, Young buscou a indicação como candidato a presidente pelo Partido Democrata, mas perdeu para Franklin Delano Roosevelt.(BACKER, 2002)

<sup>5</sup> Hjalmar Schacht foi um economista alemão, banqueiro, político de centro-direita e co-fundador em 1918 do Partido Democrata alemão. Ele serviu como o Comissário de Divisas e Presidente do Reichsbank sob a República de Weimar e serviu no governo de Hitler como Presidente do Reichsbank (1933-1939) e Ministro de Economia (agosto de 1934 - novembro de 1937). Como tal, Schacht desempenhou um papel fundamental na implementação das políticas atribuídas a Hitler. (BACKER, 2002)



excedentes comerciais bilaterais com cada um dos outros participantes para o BIS, que então calculou o deficit agregado ou o excedente de cada país como parte da UEP como um todo. Tais deficit e excedentes não precisavam ser resolvidos imediatamente, mas em grande parte foram convertidos em débitos e créditos dentro da UEP. Com o tempo, a proporção de débitos e créditos concedidos pela UEP foi gradualmente reduzida até o final de 1958, quando foi dissolvida (BIS, 2017).

Com a assinatura dos Tratados de Roma em 1958 e o processo de criação da Comunidade Econômica Europeia, o BIS continuou seu papel de mentor para os países da Europa que assinaram tais tratados. Assim, tanto o Fundo Europeu de Cooperação Monetária (FECM, 1973) como o Sistema Monetário Europeu (SME, 1979) foram operados a partir da Basileia, com o BIS agindo como suporte técnico.

Em 1988-89, o Comitê para o Estudo da União Econômica e Monetária, presidido por Jacques Delors, baseou-se uma vez mais na Basileia, onde os fundamentos técnicos para a decisão do Conselho Europeu de avançar para a união monetária europeia também foram fornecidos pelo BIS, tendo sido aprovados no Tratado de Maastricht de 1992. Com a implementação da primeira fase do processo de união monetária no final de 1993, o Comitê de Governadores foi substituído pelo Instituto Monetário Europeu (IME) e passou a operar em Frankfurt, onde, em 1997, o IME tornou-se o Banco Central Europeu. (BCE, 2017)

Na década de 1970, o Grupo dos Dez (G10) também criou o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) como um comitê de autoridades de supervisão bancária dos bancos centrais dos países do Grupo dos Dez, a fim de fornecer um fórum de cooperação regular em matéria de supervisão bancária. Nas próximas décadas, o Comitê de Basileia emitiu o Acordo de Capital de Basileia, introduzindo um quadro de mensuração do risco de crédito para bancos internacionalmente ativos que se tornou um padrão seguido globalmente. Este Acordo de Capital ficou conhecido como Basileia I e foi aprimorado nos acordos da Basileia II (2004) e Basileia III (2010) com o objetivo de aumentar o controle e a apuração dos níveis de risco dos investimentos operados por organizações financeiras no âmbito internacional (LEBOR, 2012).

Além do Comitê da Basileia, existem outros comitês operando dentro do BIS como: o Comitê de Mercados (desde 1964), o Comitê do Sistema Financeiro Global (CGFS, desde 1971) e o Comitê de Infraestruturas de Pagamento e Mercado (CPMI, desde 1990 - até 2014, o Comitê de Sistemas de Pagamento e Liquidação).

Atualmente, o BIS informa que sua missão é "(...) *servir os bancos centrais na busca da estabilidade monetária e financeira, promover a cooperação internacional nessas áreas e atuar como banco dos bancos centrais*". Quanto ao modo de operação, afirma que:

O BIS atinge a sua missão: promovendo a discussão e facilitando a colaboração entre os bancos centrais; apoiando o diálogo com outras autoridades responsáveis pela promoção da estabilidade financeira; realização de pesquisas e análise de políticas sobre questões de relevância para a estabilidade monetária e financeira; atuando como uma contraparte principal para bancos centrais em suas transações financeiras; e atuando como agente ou agente fiduciário em conexão com operações financeiras internacionais. (BIS, 2017)

Devido à crise financeira e bancária de 2007-08, a estrutura do BIS foi modificada para obter maior velocidade de decisão e, para tanto, as principais estruturas e grupos que trabalham no BIS são o Conselho de Administração e seus principais comitês são o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS), o Comitê do Sistema Financeiro Global (BGFS), o Comitê de Sistemas de Pagamento e Liquidação, além do Fórum de Governança dos Bancos Centrais (BIS, 2017).

De acordo com a página oficial do BIS (<http://www.bis.org/about/board.htm>), o Conselho de Administração reúne-se a cada dois meses e pode ter até 21 membros, incluindo seis diretores, que representam os bancos centrais da Bélgica, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos. Cada um desses pode nomear outro membro da mesma nacionalidade. Nove presidentes de outros bancos centrais dos demais países-membros podem ser eleitos para o Conselho de Administração.

Atualmente, o Conselho de Administração conta com um presidente representante da Alemanha. Os demais assentos são ocupados como se pode observar na tabela 1.

TABELA 1: Quota e Votos dos países-membros do FMI como uma porcentagem do total.

<b>País</b>	<b>Representantes</b>
Alemanha	2
EUA	2
Bélgica	2
França	2
Itália	2
Japão	1
México	1
Países Baixos	1
Reino Unido	1
Suécia	1
Suíça	1
Canadá	1
China	1
Índia	1
Brasil	1

Fonte: Elaboração própria usando dados oficiais do BIS disponíveis no endereço: <https://www.bis.org/about/board.htm?m=1%7C2%7C2>, acesso em 23-Outubro-2017.

O Conselho de Administração elege um presidente e pode eleger um vice-presidente entre seus membros - cada um por um mandato de três anos. Além disso, o BIS faz parte de várias outras organizações, como o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), a Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS) e a Associação Internacional de Seguradoras de Depósitos (IADI).



Desde o colapso do sistema de Bretton Woods, os membros do FMI ficaram livres para escolher qualquer forma de acordo de troca que desejassem (exceto a fixação de sua moeda ao ouro). Desta forma, objetivava-se uma liberdade de fluxos monetários vinculados a outra moeda ou a uma cesta de moedas, adotando a moeda de outro país, participando de um bloco monetário ou fazendo parte de uma união monetária. (FMI, 2010)

Como parte da primeira emenda aos seus artigos, em 1969, o FMI desenvolveu um novo instrumento de reserva denominado direitos especiais de saque (SDRs), que poderiam ser detidos pelos bancos centrais e trocados entre si e o Fundo como alternativa ao ouro. Os SDRs entraram em serviço em 1970 originalmente como unidades de uma cesta de mercado composta por dezesseis moedas de diversos países cuja participação no total das exportações mundiais excedia 1%. A composição da cesta mudou ao longo do tempo e atualmente consiste no dólar dos EUA, no euro, no iene japonês, no yuan chinês e na libra britânica. Além de mantê-los como reservas, as nações podem usá-las nas transações entre si e o Fundo, embora o instrumento não seja um veículo para o comércio. Os direitos de saque especiais eram originalmente equivalentes a uma quantidade especificada de ouro, mas não eram diretamente resgatáveis em ouro e, em vez disso, serviram de substituto na obtenção de outras moedas que poderiam ser trocadas por ouro. O Fundo emitiu inicialmente 9,5 bilhões de SDR de 1970 a 1972. (SOMANATH, 2011)

Os membros do FMI assinaram o Acordo da Jamaica em janeiro de 1976, que ratificou o fim do sistema de Bretton Woods e reorientou o papel do Fundo no sistema monetário internacional. O acordo aceitou oficialmente os regimes de taxa de câmbio flexível e formalizou o abandono do ouro como instrumento de reserva. Posteriormente, o Fundo desmonetizou suas reservas de ouro, retornando o ouro aos membros. De qualquer forma, o FMI continuou a financiar as nações que enfrentavam déficits de Balanço de Pagamentos e crises cambiais, mas começou a impor condicionalidade em seu financiamento e passou a obrigar os países a adotarem políticas destinadas a reduzir os déficits através de cortes nas despesas e aumentos de impostos, reduzindo as barreiras comerciais protetoras e a política monetária contracionada. (DE VRIES, 1986).



TABELA 2: Quota e Votos dos países-membros do FMI como uma porcentagem do total.

<b>País</b>	<b>Quota (%)</b>	<b>Votos (%)</b>
<b>Estados Unidos</b>	<b>17,46</b>	<b>16,520</b>
<b>Japão</b>	<b>6,48</b>	<b>6,150</b>
<b>China</b>	<b>6,41</b>	<b>6,090</b>
<b>Alemanha</b>	<b>5,60</b>	<b>5,320</b>
<b>França</b>	<b>4,24</b>	<b>4,030</b>
<b>Reino Unido</b>	<b>4,24</b>	<b>4,030</b>
<b>Itália</b>	<b>3,17</b>	<b>3,020</b>
<b>Índia</b>	<b>2,76</b>	<b>2,640</b>
<b>Federação Russa</b>	<b>2,71</b>	<b>2,590</b>
<b>Brasil</b>	<b>2,32</b>	<b>2,220</b>
<b>Canadá</b>	<b>2,32</b>	<b>2,220</b>
<b>Arábia Saudita</b>	<b>2,10</b>	<b>2,020</b>
<b>Espanha</b>	<b>2,01</b>	<b>1,920</b>
<b>México</b>	<b>1,87</b>	<b>1,800</b>
<b>Países Baixos</b>	<b>1,84</b>	<b>1,770</b>
<b>Coreia</b>	<b>1,81</b>	<b>1,730</b>
<b>Austrália</b>	<b>1,38</b>	<b>1,340</b>
<b>Bélgica</b>	<b>1,35</b>	<b>1,300</b>
<b>Suíça</b>	<b>1,21</b>	<b>1,180</b>
<b>Total</b>	<b>71,28</b>	<b>67,88</b>
<b>Demais 170 membros</b>	<b>28,72</b>	<b>32,11</b>

Fonte: Elaboração própria usando dados oficiais do FMI, disponíveis no endereço: <https://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx#top>, acesso em 23-Outubro-2017.

Diferentemente do que ocorre em outras organizações internacionais, onde as decisões são tomadas segundo o princípio de um país um voto, o FMI segue um modelo corporativo de tomada de decisões. O poder do voto de cada país é determinado pela proporção de quotas que o país possui. É importante notar que mais de 50% das quotas pertencem a EUA, Japão, China, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Índia. A fim de atingir mais de 50% do poder de voto, a Rússia está incluída no grupo. Em caso de acordo mútuo, tal grupo pode decidir por votação conjunta na Assembleia do Conselho de Governadores.

### 3.3 Banco Mundial (BM)

Fundado em 1944 na Conferência Breton Woods, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) tornou-se mais conhecido como o Banco Mundial (BM). O objetivo desta organização era fornecer empréstimos para ajudar a reconstruir países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Com o tempo, o foco passou da reconstrução para o desenvolvimento, com uma forte ênfase na infraestrutura, como construção de barragens, redes elétricas, sistemas de irrigação e estradas.

Com a fundação da Corporação Financeira Internacional em 1956, a instituição tornou-se capaz de emprestar a empresas privadas e instituições financeiras em países em desenvolvimento. E a fundação da Associação Internacional de Desenvolvimento em 1960 colocou maior ênfase nos países mais pobres. O lançamento subsequente do Centro Internacional de Solução de Conflitos de Investimento e da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos completou a composição atual do Banco. Assim, o banco possui cinco divisões como podemos ver na tabela 3 a seguir. (Banco Mundial, 2017)

TABELA 3: Estrutura do Banco Mundial

Data de Fundação	Nome		Objetivo
1944	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	Banco Mundial (BM)	Financiamento de governos de países de renda média.
1956	Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)		Financiamento a baixos juros para governos de países pobres (renda anual percapita inferior a US \$ 925)
1960	Corporação Financeira Internacional (CFI)		Financiamento do setor privado dos países em desenvolvimento.
1966	Centro Internacional de Arbitragem de Disputas de Investimento (ICSID) * 140 Estados-membros		Conciliação e arbitragem de disputas internacionais de investimento (investidores X Estados).
1988	Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (MIGA) * 180 países-membros com 25 emprestadores		Garantidor de investimentos privados estrangeiros em países em desenvolvimento

Fonte: Página oficial do Banco Mundial no endereço <http://www.worldbank.org>.



### **3.4 Grupo de Dez (G-10)**

O Grupo dos Dez ou G-10 se refere ao grupo de países participantes do Acordo Geral de Empréstimo (GAB), um acordo para fornecer o Fundo Monetário Internacional com recursos adicionais para aumentar sua capacidade de empréstimo. O GAB foi criado em 1962, quando os governos de oito membros do Fundo Monetário Internacional (FMI) - Bélgica, Canadá, França, Itália, Japão, Países Baixos, Reino Unido e Estados Unidos da América - e os bancos centrais da República Federal da Alemanha e a Suécia, concordaram em disponibilizar recursos para o FMI com US \$ 6 bilhões adicionais de recursos próprios. O Grupo dos Dez assinou o Acordo Smithsonian em dezembro de 1971, substituindo o regime da taxa de câmbio fixa do mundo por um regime de taxa de câmbio flutuante devido ao fim do acordo de Bretton Woods. (BLACK, 2009)

Atualmente, o G-10 é composto por onze países industrializados (Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos) que se consultam e cooperam em questões econômicas, monetárias e assuntos financeiros em estrita concordância com o FMI.

Os Ministros das Finanças e os Governadores dos Bancos Centrais do Grupo dos Dez se reúnem, se necessário, sempre em conexão com as reuniões do FMI onde produzem documentos ou relatórios conjuntos que expressam a visão e as decisões do grupo sobre o assunto que motivou a reunião (BIS, 2017).

### **3.5 Fórum de Estabilidade Financeira (FEF) e Conselho de Estabilidade Financeira (CEF)**

Em fevereiro de 1999, os Ministros das Finanças do G10 e os Governadores dos Bancos Centrais criaram o Fórum de Estabilidade Financeira (FEF) - que se tornou o Conselho de Estabilidade Financeira (CEF) em 2009 - para coordenar a formulação das normas internacionais do SFI, reunindo no mesmo lugar os representantes de organizações importantes do Sistema Financeiro Internacional, como o BCBS, IAIS, IOSCO, IASB, FMI, BM, BIS e OCDE, e o banco central, ministério das finanças e autoridades reguladoras e de

supervisão de cada país do G10 (juntamente com o Banco Central Europeu (BCE). Como uma das suas primeiras tarefas, a FEF compilou um compêndio dos padrões prudenciais internacionais existentes (PORTER, 2009).

De acordo com a página oficial do FEF ([www.fsb.org](http://www.fsb.org)), o Plenário é o único órgão de decisão e é regido pelo estatuto do FEF, os Estatutos e as Diretrizes de Procedimentos. Os países representados são: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Hong Kong, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia, México, Países Baixos, Rússia, Arábia Saudita, Cingapura, África do Sul, Espanha, Suíça, Reino Unido e EUA. Organizações importantes como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco de Compensações Internacionais (BIS), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Central Europeu (BCE), a Comissão Europeia, o Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS), Comitê Internacional de padronização Contábil (IASB) e Comitê do Sistema Financeiro Global (CGFS) estão representados no FEF.

Mais especificamente, o FEF foi estabelecido para avaliar as vulnerabilidades que afetariam o sistema financeiro global, bem como para identificar e analisar, de forma contínua, as ações regulatórias, e de supervisão necessárias para enfrentar essas vulnerabilidades e seus resultados. Também objetiva promover a coordenação e o intercâmbio de informações entre as autoridades responsáveis pelo monitoramento da estabilidade financeira do sistema e assessorar a evolução do mercado e suas implicações para a política de regulamentação. Para fazer isso, realiza revisões estratégicas conjuntas dos organismos internacionais de definição de padrões e coordena seus respectivos trabalhos de desenvolvimento de políticas para garantir que este trabalho seja coordenado e focado em prioridades definidas. Assim, atua em regime de colaboração com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para realizar Exercícios de alerta precoce, a fim de promover a implementação de compromissos, normas e recomendações de políticas acordadas pelas autoridades membros, através do monitoramento da implementação por meio da revisão e divulgação de dados entre os participantes. (HELLEINER, 2010).

Incorporado na estrutura da organização existe um grupo que trabalha para a identificação do risco sistêmico no setor financeiro,



tomar dinheiro emprestado para fazer suas contribuições, elas vêm, na verdade, dos impostos pagos pelos contribuintes. Não deixa de ser curiosa que essa característica da relação do FMI com seus países-membros constitui exatamente a base de política econômica consolidada nas democracias capitalistas nas últimas décadas, e que engendra em sua aparente lógica hidráulica – de “equilíbrio” contábil – uma contradição entre a apreensão do produto social gerado pelas economias nacionais e a emissão monetária. Por ela, troca-se riqueza por crédito, categorias bastante distintas dentro da teoria econômica.

O Banco Mundial também empresta dinheiro para os governos. Com explanado anteriormente, dentro do Banco Mundial há duas entidades separadas para esse fim — o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA, do acrônimo em inglês). O BIRD tem como alvo os países de renda média e países merecedores de receber créditos, enquanto a IDA volta suas atividades aos países mais pobres do mundo. O Banco Mundial é autossuficiente para as operações internas, emprestando dinheiro por empréstimo direto dos bancos e pelas emissões de títulos flutuantes, e então emprestando esse dinheiro por meio do BIRD e da IDA para os países em dificuldades.

O BIS, como o banco central dos demais, facilita o movimento do dinheiro. Ele faz “empréstimos ponte” para os bancos centrais dos países em que o dinheiro do FMI ou do Banco Mundial foi prometido, mas ainda não liberado. Esses empréstimos ponte então são devolvidos pelos respectivos governos quando ocorre a liberação dos fundos que foram prometidos pelo FMI ou pelo Banco Mundial. Com isso, o BIS visa evitar problemas de fluxo de caixa em programas de financiamento do desenvolvimento.

O FMI é o recurso de última instância do BIS, quando ocorre uma crise monetária. Em 1998, a crise com a moeda brasileira foi causada pela incapacidade do país de pagar os juros acumulados excessivos sobre os empréstimos feitos por um período prolongado de tempo. Esses empréstimos foram feitos por bancos como Citigroup, J. P. Morgan, Chase e FleetBoston e eles poderiam sofrer a perda de uma imensa quantidade de dinheiro caso não acontecesse o pagamento, assim o FMI emprestou dinheiro para o Brasil pagar os bancos e se endividar novamente. Em troca desse novo empréstimo,



Em terceiro lugar, há o choque dessas prioridades com a doutrina de livre-comércio e *laissez-faire*, conforme apontado em seção anterior. Sobre isso, a aparente contradição entre o discurso livre-cambista e a rede institucional de proteção ao capital financeiro criada ao longo do século XX se mostra muito mais como uma estratégia de perpetuação sistêmica.

Órgãos como o BIS e o FMI, em sua gênese e coordenação, assim como suas mudanças e permanências ao longo do tempo apontam para uma prática de “tentativa e erro” no sentido da gestão de crises financeiras, com o interesse de garantir a segurança não dos ativos reais da economia ou dos fatores produtivos em sua eficiência, mas do capital financeiro. Por outro lado, a permanência de interesses estritos ligados à preservação deste último na mão de seus detentores sugere uma consistência bastante linear ao longo do tempo. A própria evolução de organizações destinadas formal e originariamente a “promover o desenvolvimento econômico” no sentido de estabelecer salvaguardas e proteções aos investidores, em contraponto à permanência estrutural, tanto nas operações quanto na representatividade de órgãos estritamente financeiros, como o BIS, mostram o verdadeiro sentido para o qual se orienta o Sistema Financeiro Internacional. Um debate sobre eventuais mudanças nele passa, assim, por sua necessária discussão e reorientação.

Podemos então concluir que, através da estrutura criada, o funcionamento interconectado do FMI, BIS e G10 tem poder de coesão, velocidade e decisão centralizado em alguns países – as principais potências econômicas mundiais – e qualquer discussão de uma reforma do FMI objetivando reduzir a dominação das economias desenvolvidas; modificar as atividades existentes do fundo; e para expandir as facilidades de empréstimos em relação às economias menos desenvolvidas, passa, portanto, por sua necessária discussão e reorientação de todo o SFI.

## Referências Bibliográficas

BACKER, J.C. (2002). *The Banco de Compensações Internacionais: Evolution and Evaluation*, London: Quorum Books.

*BancoMundial* (2017). Official web page of World Bank available at the address: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org), accessed on 02-September-2017.

BIS (2017). *The History of the Banco de Compensações Internacionais* available at the address: <https://www.bis.org/about/history.htm> accessed on 24-May-2017.



BORDO, M.D. (2000). *The Globalization of International Financial Markets: What Can History Teach Us?* available at the address: <http://econweb.rutgers.edu/bordo/global.pdf>, accessed on 15-August-2017

CASSIS, Y. (2006). *Capitals of Capital: A History of International Financial Centres, 1780–2005*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

DE VRIES, M. G. (1986). *The IMF in a Changing World, 1945-85*. New York: IMF.

ECB (2017). *History of the European Union* available at the address: <https://www.ecb.europa.eu/ecb/history/html/index.en.html>, accessed on 29-May-2017.

EICHENGREEN, B. (2002). *A Globalização do capital: uma história do Sistema Monetário Internacional*. Sao Paulo: Ed.34.

EICHENGREEN, B. (2015). *Hall of Mirrors: the great depression, the great recession and the uses and misuses of History*. New York: Oxford Press.

ELSON, Anthony (2011). *Governing Global Finance: The Evolution and Reform of the International Financial Architecture*. New York, NY: Palgrave Macmillan

ENGELS, F. (1841). *Esboço à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

FMI (2010). *Early History of the International Monetary Fund*. Available at the address: <http://www.imf.org/origins/early.html> accessed on 02-September-2017.

FMI (2017). *About IMF*. Available at the address: <https://www.imf.org/en/About> accessed on 02-September-2017.

GONÇALVES, R. B. (1997), *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.

GROUP OF TEN (1989). *The role of the IMF and the World Bank in the context of the debt strategy: a report to the ministers and and governors by the group of deputies*. Available at the address <http://www.icrier.org/pdf/harma.pdf> accessed on 02-September-2017.

HELLEINER, Eric (2010). *The Financial Stability Board and International Standards IN CIGI G20 Papers. No. 1, June 2010*.

HILFERDING, R. (1910) . *O capital Financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.



HOBBSAWM, E. (1995) *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. Lisboa: Perspectiva.

KRUGMAN, P. OBSTFELD, M. *Economia Internacional: Teoria e Política*. 6aed. São Paulo: Pearson, 2005.

LEBOR, Adam. (2014). *The tower of Basel, The Shadowy History of the Secret Bank that Runs the World*. New York: PublicAffairs.

LENIN, V.I. (1917). *Imperialismo: fase superior do Capitalismo*. Lisboa: Avante, 2008.

MARSHALL, A. (1891). *Princípios de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

PERSAUD, A.D. (2012). *Como seria um Sistema Financeiro SISTEMICAMENTE RESILIENTE?* IN: CINTRA, M.A.M. e GOMES, K.R.G.(orgs). *Transformações no sistema financeiro internacional*. Brasília : Ipea.

PORTER, Tony (2009). *The G-7, the Financial Stability Forum, the G-20, and the Politics of International Financial Regulation*. Available at the address: <https://tspace.library.utoronto.ca/bitstream/1807/4900/6/porter5.html> accessed on 15-August-2017.

RICARDO, D. (1817). *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SACCOMANNI, Fabrizio (2008). *Managing International Financial Instability: National Tamers versus Global Tigers*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing

SOMANATH, V.S. (2011) *International Financial Management*. New Delhi: I.K. International Publishing House.

STEINER, Bob (2002). *Foreign Exchange and Money Markets: Theory, Practice and Risk Management*. Woburn, MA: Butterworth-Heinemann